

# APRENDENDO A AUXILIAR O ESTUDANTE COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

CONCEITOS BÁSICOS PARA DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES

Arthur Barbosa Coutinho  
Eduardo Ferreira do Amaral Filho  
Elma Lucy Silveira Santana Gomes  
Lucas Vilaça Ribeiro



2021

# APRENDENDO A AUXILIAR O ESTUDANTE COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

CONCEITOS BÁSICOS PARA DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES

Arthur Barbosa Coutinho  
Eduardo Ferreira do Amaral Filho  
Elma Lucy Silveira Santana Gomes  
Lucas Vilaça Ribeiro



2021

2021 by Editora e-Publicar  
Copyright © Editora e-Publicar  
Copyright do Texto © 2021 Os autores  
Copyright da Edição © 2021 Editora e-Publicar  
Direitos para esta edição cedidos à Editora e-Publicar pelos autores.

**Editora Chefe**

Patrícia Gonçalves de Freitas

**Editor**

Roger Goulart Mello

**Diagramação**

Dandara Goulart Mello

Roger Goulart Mello

**Projeto gráfico e Edição de Arte**

Patrícia Gonçalves de Freitas

**Revisão**

Os autores

Todo o conteúdo do livro, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

**Conselho Editorial**

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense

Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia

Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Cristiana Barcelos da Silva – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina

Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes

Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco

Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás



2021

Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará  
Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense  
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz  
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA  
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas  
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará  
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes  
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo  
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes  
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará  
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista  
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

654 Aprendendo a auxiliar o estudante com necessidades educacionais especiais [livro eletrônico] : conceitos básicos para desenvolvimento de habilidades / Arthur Barbosa Coutinho... [et al.]. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2021.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-89950-33-2  
DOI 10.47402/ed.ep.b20216780332

1. Educação inclusiva. 2. Prática de ensino. 3. Professores – Formação. I. Coutinho, Arthur Barbosa. II. Amaral Filho, Eduardo Ferreira do. III. Gomes, Elma Lucy Silveira Santana. IV. Ribeiro, Lucas Vilaça.

CDD  
371.72

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Editora e-Publicar**

Rio de Janeiro – RJ – Brasil  
contato@editorapublicar.com.br  
[www.editorapublicar.com.br](http://www.editorapublicar.com.br)



**2021**

## Prefácio

Trabalhando com o olhar voltado para a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais percebe-se a necessidade de formar pessoas com este mesmo olhar em busca de uma educação que valorize a individualidade de cada uma dessas pessoas, encorajando-as a desenvolver suas potencialidades, autonomia e independência.

Esta obra tem por finalidade preparar os profissionais de apoio escolar, que estão diariamente com os estudantes, para desenvolver as habilidades desses estudantes, proporcionando aos mesmos uma convivência com equidade.

Espera-se que a leitura seja proveitosa e de relevante contribuição para a tarefa prazerosa de apoio, tarefa não tão fácil, mas possível para o profissional que se qualifica.

*Esta obra é dedicada à todos os estudantes com necessidades educacionais especiais, pois assim como as aves, as pessoas são diferentes em seus voos.*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>10</b>
O QUE É APOIO ESCOLAR? .....	10
	<b>Lucas Vilaça Ribeiro</b>
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
A FIGURA DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR. ....	14
	<b>Eduardo Ferreira do Amaral Filho</b>
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>18</b>
PRÁTICAS PSICOMOTORAS VISANDO A APRENDIZAGEM E A SOLUÇÃO DE CONFLITOS. ....	18
	<b>Elma Lucy Silveira Santana Gomes</b>
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>24</b>
RELACIONAMENTO INTERPESSOAL E ACADÊMICO.....	24
	<b>Eduardo Ferreira do Amaral Filho</b>
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>34</b>
INVENTÁRIO DE HABILIDADES ESCOLARES. ....	34
	<b>Arthur Barbosa Coutinho</b>
SOBRE OS AUTORES.....	46







## INTRODUÇÃO

É com muita alegria e satisfação que os autores apresentam esta obra para auxílio na formação de profissionais de apoio escolar.

Nela se reúnem conceitos básicos, porém imprescindíveis para iniciar um trabalho junto ao estudante com necessidades educacionais especiais que respeite sua individualidade e promova a potencialidade de suas habilidades.

Sabe-se o quão difícil é para a pessoa com necessidades especiais ser inserida no contexto social de forma inclusiva, respeitando suas limitações e exercendo o direito à equidade para a construção de um mundo mais sociável. Dessa forma, entende-se que é na escola que se inicia a construção de uma sociedade capaz de incluir pessoas. Pois, mais importante do que enquadrar num diagnóstico, é identificar as possibilidades e potencialidades da criança numa perspectiva inclusiva de educação e sociedade.

Que este conteúdo possa ser usado na prática profissional de forma a contribuir para a evolução dos estudantes, estimulando-os a seguir novos desafios confiantes em suas capacidades apesar de suas limitações.

# CAPÍTULO 1

## O QUE É APOIO ESCOLAR?

**Lucas Vilaça Ribeiro** – Professor, Bacharel em Sistema de Informação, Profissional de Apoio Escolar, Especialista em LIBRAS.

A presença do Profissional de Apoio Escolar nas escolas brasileiras é um fato recente. Os documentos normativos e orientadores da Política de Educação Especial de Perspectiva Inclusiva estabelecem diversas ações e adequações a serem implementadas pelos sistemas de ensino para que possam desenvolver o processo de inclusão. Dentre essas modificações, destaca-se a disponibilização de Profissionais de Apoio Escolar nas atividades pedagógicas, de higiene, alimentação e locomoção aos estudantes com deficiência e/ou com Necessidades Educacionais Especiais, público-alvo dessa modalidade de ensino, definido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Este capítulo tem por objetivo principal esclarecer o papel do Profissional de Apoio Escolar no processo de inclusão escolar.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação da Câmara de Educação Básica, nº 2/01, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, anuncia, em sua redação, um serviço de Apoio Pedagógico Especializado realizado na sala comum mediante: atuação colaborativa de professor especializado em Educação Especial; atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis; atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente; disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação (Brasil, 2001, p. 2).

Essa resolução aponta a presença de um profissional para apoiar o professor da sala comum no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem dos estudantes da Educação Especial. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (2008) aponta que cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como Profissional de Apoio Escolar aos alunos com necessidade de apoio nas atividades pedagógicas, de higiene, alimentação e locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

A Lei nº 13.146/15, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), traz em seu Cap. I, Art. 3º inciso XIII a seguinte definição:

Profissional de Apoio Escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (Brasil, 2015, p. 23).

A lei referida atribui ao Poder Público a cargo de garantir a oferta do Profissional de Apoio Escolar, conforme disposto no Art. 28. Sendo assim, nota-se que a mencionada lei confere também, que o profissional de apoio deve auxiliar os discentes da modalidade Educação Especial nas atividades de alimentação, higiene e locomoção, quando e se necessário.


A Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE define:

O serviço do profissional de apoio, como uma medida a ser adotada pelos sistemas de ensino no contexto educacional, deve ser disponibilizado sempre que identificada a necessidade individual do estudante, visando à acessibilidade às comunicações e à atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção.

Dentre os aspectos a serem observados na oferta desse serviço educacional, destaca-se que esse apoio:

- Destina-se aos estudantes que não realizam as atividades de alimentação, higiene, comunicação ou locomoção com autonomia e independência, possibilitando seu desenvolvimento pessoal e social;
- Justifica-se quando a necessidade específica do estudante não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes;
- Não é substitutivo à escolarização ou ao atendimento educacional especializado, mas articula-se às atividades da aula comum, da sala de recursos multifuncionais e demais atividades escolares;
- Deve ser periodicamente avaliado pela escola, juntamente com a família, quanto à sua efetividade e necessidade de continuidade.

Ressalte-se que a necessidade do acompanhamento do estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação, de forma exclusiva e ou compartilhada por esse profissional, deverá ser avaliada por equipe multidisciplinar. Para tanto entende-se por acompanhamento exclusivo quando o profissional é




designado a atender apenas as necessidades de um único estudante, pois o mesmo necessita de uma atenção exclusiva; e acompanhamento compartilhado quando o profissional na sala pode atender dois ou mais estudantes da mesma sala, caso os mesmos não exijam atenção exclusiva.

A noção de autonomia denominada pelo senso comum é definida pela quantidade de coisas que conseguimos fazer sozinhos, sem ajuda, de forma independente. Se fizermos uma alteração nesta palavra, para entendermos autonomia pela quantidade de conexões que conseguimos estabelecer e que permitem que alcancemos nossos objetivos, então autonomia não é fazer sozinho, e sim fazer com muitos - somos autônomos, quando conseguimos nos agenciar a muitas coisas para operar aquilo que nos propomos.

Portanto, na escola, nosso objetivo é construir autonomia como a capacidade de ampliar as relações no cotidiano da escola, na sala de aula: precisar do professor, do colega, do lápis, da cadeira, da coordenadora, do inspetor, da letra maior, do material concreto, das imagens etc. A principal conexão que o estudante em situação de inclusão tem tido na escola é o profissional de apoio escolar. A maior parte das inclusões é feita utilizando essa ferramenta. Portanto, atuamos a partir dela e pensamos em como ir além dessa perspectiva. Ou seja, deslocar da figura do profissional de apoio escolar o papel central de mediar, permitindo que outras pessoas e objetos possam ocupar o lugar de “apoio”. Assim, o profissional de apoio escolar passa a ter como principal norteador do seu trabalho ajudar o estudante a ampliar sua rede na escola, fortalecendo-a a tal ponto que se prescindia da figura centralizadora do profissional. Não significa ficar sem o profissional de apoio escolar, mas, a partir do momento em que o estudante pode contar com uma série de mediadores na aprendizagem e nas relações, ele passa a não depender apenas da presença do profissional de apoio escolar, tornando-se assim mais autônomo.

A relação de apoio pressupõe uma relação de afeto, de transformação e não de função. Um mundo se constrói a partir desse encontro. Então, profissional de apoio escolar e estudante compartilham um mundo comum, que não significa projeção – sinto o que outro sente –, mas sim a criação de um espaço partilhado, onde eles possam fazer algo juntos.

Portanto, nem todo material que se constroi para o estudante de fato o ajuda na realização de alguma atividade ou na vivência de sala de aula; e nem toda relação com o outro, seja um colega, um professor ou inspetor, é uma relação que amplia a capacidade do estudante em se movimentar na escola. Desta forma, são sempre apostas pensadas a partir da relação que o profissional vai tecendo com o estudante, a partir de seus gostos, seus desenhos preferidos, as



músicas, as brincadeiras, a matéria que mais gosta, a possibilidade de interpretação, leitura, etc. Não se pode, enquanto profissionais, decidir o que será um mediador para o estudante em situação de inclusão ou não, pois o trabalho é oferecer diferentes possibilidades, fazer apostas, correr riscos, acreditando que o estudante vai ser capaz de decidir o que, daquilo que lhe é ofertado, vem em seu auxílio e aquilo que cumpre apenas uma função burocrática, ou mesmo acaba por atrapalhar seu desenvolvimento.

Dessa forma, a adaptação curricular é um instrumento para auxiliar no trabalho com os estudantes que apresentam dificuldades em aprender no formato em que o currículo comum (o currículo do ano) se apresenta. Não se trata de fazer um currículo novo, e sim um currículo flexível, passível de mudanças, ampliações, diminuições, ou seja, um currículo que se faz em movimento/ação. Vygotsky já apontava esse caminho quando dizia que:

Para a criança intelectualmente atrasada, deve ser criado, em relação ao desenvolvimento de suas funções superiores de atenção e pensamento, algo que lembre o sistema Braille para a criança cega ou a datilologia para a surda, isto é, um sistema de caminhos indiretos de desenvolvimento cultural, quando os caminhos diretos estão impedidos devido ao defeito (VYGOTSKY, 2011, p. 868).

Mexer na apresentação da atividade, simplificar a linguagem dos enunciados, colocar imagens ou textos de apoio, mudar a forma de resposta colocando opções, diminuir a quantidade de questões – são alguns caminhos possíveis. Oferecer materiais para os estudantes em situação de inclusão envolve ter acesso ao seu currículo específico (caso ele tenha) ou ao da turma, ao planejamento semanal e às atividades que serão feitas em sala com antecedência. Desta forma, se pode antecipar e criar materiais de qualidade, bem elaborados. Material adaptado não é material improvisado, cheio de rasuras. Material adaptado é material preparado de forma singular, para que o estudante em situação de inclusão possa ter acesso às atividades e ao conteúdo com respeito.

# CAPÍTULO 2


## A FIGURA DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR.

**Eduardo Ferreira do Amaral Filho**, Professor, Psicólogo Educacional e Escolar, Psicanalista Clínico, Especialista em Psicanálise: Sujeito e Cultura, Mestre em Saúde Pública.

Este capítulo começa respondendo a uma questão de identidade: quem é o profissional de apoio escolar? A princípio, é preciso dizer que o profissional de apoio escolar surge como um profissional especializado na sala de aula, a fim de acompanhar um estudante com necessidades educacionais especiais em parceria com o professor regente da classe. Pois, quando a filosofia de inclusão se tornou um movimento mundial, surgiu então a necessidade de um profissional de apoio escolar, uma vez que as classes já existentes muitas vezes contavam com grande número de estudantes e professores regentes sem uma formação que se ocupasse desses aspectos inclusivos (MOUSINHO, et. al. 2010). Neste caso, o professor regente não apresentava competências para incluir o estudante com necessidades educacionais especiais, abrindo espaço para atuação de um profissional que fornecesse apoio, principalmente dentro da sala de aula. Mesmo quando o professor regente se sentia apto para incluir (o que era [ou é?] raro), muitas vezes não podia mesmo fazê-lo, devido ao grande número de estudantes que já compunham as classes regulares de ensino.

No Brasil, os profissionais de apoio escolar têm a origem de suas identidades no acompanhamento de estudantes que necessitavam de ajuda na sala de aula e recebiam orientações das terapias de apoio (MOUSINHO, et. al. 2010). Logo, surgem como aqueles que eram orientados pelos terapeutas para melhor incluir a criança ou adolescente na qualidade de estudante em uma classe de ensino regular. Aqui, o profissional de apoio escolar surge fazendo uma mediação para o estudante, entre as chamadas terapias de apoio (psicoterapia, fonoterapia, fisioterapia, etc.) e a escola.

Sendo assim, o profissional de apoio escolar deve ser alguém com habilidades interpessoais para desenvolver e manter relações entre crianças/adolescentes, famílias e demais profissionais que as assistem (MOUSINHO, et. al. 2010). O profissional de apoio escolar (muitas vezes denominado “mediador escolar”, por ficar “no meio”) é como uma “ponte” que liga o estudante com necessidades educacionais especiais aos demais atores de seu contexto




social. Desde o início é um profissional orientado pelos terapeutas responsáveis pelas terapias de apoio ao estudante para propiciar a inclusão escolar. Contudo, este profissional não deve se limitar a receber conhecimentos técnicos dos psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, entre outros, para aplicar ao estudante na escola, como também pode levar a estas informações relevantes do contexto escolar que ajudem nas terapias ou possam por elas serem trabalhadas. Trata-se de uma ponte de mão dupla.

O profissional de apoio escolar também pode ser uma ponte entre os terapeutas das terapias de apoio e a família, uma vez que a troca entre estes pode favorecer o processo escolar de ensino-aprendizagem. Contudo, muitas vezes é preciso uma mediação entre tais atores para que esta troca se dê de forma efetiva. Além disso, a família muitas vezes precisa do profissional de apoio escolar não somente entre ela e os terapeutas de apoio, mas também entre ela e a escola. Sendo assim, o profissional de apoio escolar pode ser a voz da escola que chega à família, bem como a voz da família que se faz ouvida e representada no contexto escolar. Mais uma vez contemplamos o profissional de apoio escolar como uma ponte de mão dupla.

Contudo, o que mais se destaca hoje no que diz respeito ao trabalho do profissional de apoio escolar é estar entre o estudante com necessidades educacionais especiais e os professores regentes das classes regulares de ensino e/ou seus colegas de classe (além do conhecimento, tantas vezes ensinado de forma inalcançável para este estudante, assunto abordado mais adiante). Do estudante com necessidades educacionais especiais, tanto para com os professores, como para os colegas, o profissional de apoio escolar é uma ponte de mão dupla. Todavia, não é possível ser esta ponte sem antes desenvolver habilidades, como uma visão pró ativa e sistêmica.

No inglês, “proativo” pode ser traduzido por “self-starter”, que é o mesmo que começar algo por conta própria. Logo, o proativo é alguém que age antecipadamente para evitar ou resolver situações-problema. O profissional de apoio escolar proativo é alguém que planeja suas ações de trabalho, mas também busca dominar a arte do improviso. Para ser efetivamente proativo, o profissional de apoio escolar precisa ter uma visão sistêmica do contexto escolar. O que significa contemplar todo sistema na abordagem de cada situação-problema. O profissional de apoio escolar de visão sistêmica é aquele que possui a capacidade de identificar as ligações de fatos particulares do sistema como um todo. Só com uma visão sistêmica o profissional de apoio escolar poderá, de fato, ser proativo em sua prática profissional.



Dedica-se parte deste capítulo a abordar uma visão sistêmica sobre o fenômeno de “medicalização” que invadiu de forma muito significativa o âmbito educacional e escolar. Este tema se tornou caro aos profissionais de apoio escolar e fundamental para que um trabalho ético seja feito por quem se propõe ser uma ponte entre o estudante com necessidades educacionais especiais e os demais atores de seu contexto. Aborda-se adiante uma porção da discussão que pode ser encontrada no Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade.


Chama-se medicalização o processo (perverso) de apresentar como “doenças”, “transtornos”, ou “distúrbios” problemas das mais diversas ordens, escamoteando grandes questões políticas, sociais, culturais e afetivas. Na lógica da medicalização, questões coletivas são apresentadas como individuais e problemas sócio-políticos são reduzidos a problemas biológicos. Trata-se de uma transformação artificial de questões não médicas em problemas médicos. E o campo privilegiado desta lógica perversa é o educacional e escolar, pois nele os estudantes passam a ser “portadores de distúrbios de comportamento e de aprendizagem” e deixam de ser vítimas das mais diversas formas de desigualdade e violência.

O profissional de apoio escolar, com sua visão sistêmica, deve olhar além dessas “doenças”, “transtornos”, ou “distúrbios” e identificar as ligações de fatos particulares (por exemplo, uma alteração de comportamento ou dificuldade de aprendizagem) com todo sistema onde se insere esse estudante. É preciso estar atento a algo importante: que o rótulo do diagnóstico acaba provocando uma segunda exclusão daqueles que já são excluídos (social, afetiva e educacionalmente). E isto muitas vezes acontece com base no próprio discurso da inclusão, quando, seguindo a lógica “medicalizante”, se afirma que o estudante deve ser diagnosticado, sob a justificativa de que é por intermédio do diagnóstico que receberá seus chamados “direitos” para ser incluído. E esta lógica é perversa também porque faz com que esse estudante diagnosticado se torne um consumidor de exames, tratamentos, consultas, remédios, terapias, etc.

O profissional de apoio escolar, bem como os professores do Atendimento Educacional Especializado – AEE (aqueles feitos nas conhecidas “salas de recursos multifuncionais”), não precisa de diagnósticos clínicos que norteiem seu trabalho. Afinal, é um profissional da educação e não de saúde. É preciso olhar o um a um, o caso a caso, e perceber as necessidades educacionais especiais de cada criança ou adolescente. Trata-se da singularidade como palavra de ordem. A Nota Técnica MEC/SECADI/DPEE nº 4/2014, chega a afirmar que:

Não se pode considerar imprescindível a apresentação de laudo médico (diagnóstico clínico) por parte do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento





ou altas habilidades/superdotação, uma vez que o AEE caracteriza-se por atendimento pedagógico e não clínico (p.3, 2014).

Dito isto, o profissional de apoio escolar não precisa saber sobre dislexia, disortografia, disgrafia, dislalia, discalculia, hiperatividade, transtornos de déficit de atenção e outros supostos transtornos constantemente inventados e reinventados a cada dia. Pelo contrário, só precisa se aproximar do estudante com necessidades educacionais especiais e procurar conhecê-lo o quanto puder, para trabalhar então, potencializando suas habilidades e minimizando suas dificuldades, ao ser ponte entre este estudante e quem quer que ele precise que seja.

# CAPÍTULO 3

## PRÁTICAS PSICOMOTORAS VISANDO A APRENDIZAGEM E A SOLUÇÃO DE CONFLITOS.


**Elma Lucy Silveira Santana Gomes**, Professora, Fisioterapeuta, Especialista em Biomecânica e Cinesioterapia Funcional.

Existem várias definições do que seja psicomotricidade, desde o seu surgimento, quando seguia uma vertente teórica, depois prática, até chegar ao meio termo entre as duas. Contudo, pode-se dizer que a psicomotricidade tem como objeto de estudo o movimento humano, envolvendo as áreas pedagógicas e da saúde. Neste contexto, é importante que um profissional da educação infantil tenha consciência de que a criança atua no mundo por meio do movimento; daí a importância de conhecer o desenvolvimento motor e suas fases para que seja capaz de propor atividades fundamentadas nos conceitos da psicomotricidade, proporcionando situações em que as crianças utilizem o corpo como meio para explorar, criar, brincar, imaginar, sentir e aprender.

A infância hoje é bem diferente do passado, pois algumas mudanças aconteceram. A urbanização, a necessidade de segurança e o avanço tecnológico são fatores que diminuíram os espaços e a liberdade para que as crianças pudessem simplesmente brincar. É nesse momento que a escola deve ser uma grande aliada, envolvendo as crianças em atividades que permitam a vivência do seu corpo através de uma motricidade em que grandes grupos musculares participem e preparem os pequenos músculos, responsáveis por tarefas mais precisas e ajustadas. “Antes de pegar num lápis, a criança já deve ter, em termos históricos, uma grande utilização da sua mão em contato com inúmeros objetos” (GOMES e SOUZA, 2020).

Considerado o pai da psicomotricidade, Ernest Dupré (1909), neuropsiquiatria francês, figura de grande importância no âmbito psicomotor, afirmou a independência da debilidade motora com um possível correlato neurológico. Depois desvincula e estabelece as diferenças entre elas, constatando que é possível ter dificuldades motoras sem alterações intelectuais e vice-versa.

A Sociedade Brasileira de Psicomotricidade define a psicomotricidade com uma ciência que tem por objetivo o estudo do homem através do seu corpo em movimento em relação ao




seu mundo interno e externo, bem como suas possibilidades de perceber, atuar, agir com o outro, com os objetos e consigo mesmo. Está relacionada ao processo de maturação, em que o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas. Portanto, a psicomotricidade é um termo empregado para uma concepção de movimento organizado e integrado, em função das experiências vividas pelo sujeito, cuja ação é resultante de sua individualidade e sua socialização.

É a interação entre o psiquismo e a motricidade envolvendo toda a ação realizada pelo indivíduo, buscando um desenvolvimento global focado nos aspectos afetivos, motores e cognitivos levando o indivíduo à tomada de consciência do seu corpo por meio do movimento. Como ciência da educação, a psicomotricidade busca entender os movimentos corporais tendo uma ligação com o desenvolvimento cognitivo. Por meio do movimento a criança explora o mundo exterior e é por estas experiências concretas que são construídas as noções básicas para o desenvolvimento intelectual.

A psicomotricidade é uma ciência fundamental no desenvolvimento da criança, uma vez que o movimento para a criança significa muito mais que mexer o corpo: é uma forma de expressão e socialização de ideias, ou até mesmo a oportunidade de desabafar, de soltar as suas emoções, vivenciar sensações e descobrir o mundo. Partindo da descoberta que ela faz do seu corpo, dos movimentos que está ao seu redor, consegue conquistar e organizar seu espaço, desenvolver sua percepção auditiva e suas emoções, aprendendo aos poucos a coordená-las.

A estimulação motora põe a criança em contato com o objeto, com o meio e com ela mesma, criando uma comunicação corporal cheia de significados, além de promover o aprimoramento do esquema corporal organizando habilidades diferentes daquelas já experimentadas. É fundamental facilitar a interação da criança com o mundo dos objetos, por meio da experiência concreta e do brincar, tornando a aprendizagem mais contextualizada.

À medida em que se colocam maneiras diferentes e novas para executar o movimento anteriormente conhecido, a criança se vê desorganizada e todo um sistema cerebral é ativado, buscando na cognição, na emoção e no aparato motor uma forma de perceber, decodificar, planificar e executar o novo movimento. Por isso, é importante colocar a criança em situação no qual será preciso que ela busque novas situações para conseguir um resultado desejado, mas ela colocará seu cérebro em funcionamento, o que, além de contribuir para o desenvolvimento cognitivo, será importante para a sua organização motora, sua autonomia e a criatividade.




As atividades precisam ser bem elaboradas e executadas de maneira a proporcionar prazer ao serem realizadas; lúdicas envolvendo jogos e brincadeiras, inclusive jogos on-line quando possível. Brincar com propósito, estabelecendo um objetivo para cada atividade e se empenhar na busca desse objetivo, auxiliando a criança nesse processo de alcançar o que foi proposto. Enxergar a criança em três dimensões: a corporal, a afetiva e a cognitiva.

Inúmeras são as atividades que possibilitam essa vivência prazerosa e ao mesmo tempo de aprendizagem lúdica com o objetivo de desenvolver habilidades através do movimento corporal. São elas:

- Coordenação motora ampla.
- Coordenação motora fina.
- Lateralidade.
- Equilíbrio: estático e dinâmico.
- Desenvolvimento de percepção musical.
- Desenvolvimento de percepção olfativa.
- Desenvolvimento de percepção gustativa.
- Desenvolvimento de percepção espacial.
- Desenvolvimento de percepção temporal.
- Desenvolvimento de percepção corporal.
- Seriação e classificação.

Toda a atividade psicomotora deve ser realizada levando-se em conta as necessidades reais do estudante, partindo do simples para o complexo. Vale ressaltar que uma criança que não conhece a si mesmo e suas potencialidades não conseguirá também relacionar consigo mesma e com os outros, vivendo em um mundo isolado e distante. Assim sendo, cabe a escola e a família estimular o movimento através de brincadeiras e jogos, proporcionando assim uma vivência corporal ampla capaz de desenvolver capacidades físicas, afetivas e motoras.

O conflito é uma oportunidade da ruptura do estabelecido para que se construa algo novo. Assim, somente pelo conflito (compreendido em sentido amplo) há o desenvolvimento dos indivíduos, dos grupos, das instituições. Na convivência, os conflitos oferecem oportunidades contínuas para descobrir o outro e para conhecer-se a si mesmo, para experimentar novas formas de relação e entendimento, e em consequência, para desenvolver a identidade pessoal. Dessa forma, surge na escola a necessidade de articular meios para



contribuir para a resolução e superação de conflitos de uma forma dialogada, buscando prevenir a violência e os desequilíbrios de poder.

A inclusão de crianças/adolescentes com necessidades especiais faz com que muitos pais e professores se questionem sobre as reais possibilidades e adaptações necessárias para contemplar a demanda de cada sujeito em específico. Quando o professor recebe este estudante, ele vem acompanhado de muitas dúvidas. E é necessário buscar meios para superar as dificuldades cotidianas criando dessa forma possibilidades reais de evolução no desempenho escolar dessa criança ou adolescente.


No ambiente escolar, as pessoas com necessidades especiais podem apresentar comportamentos inesperados como a agressividade, em menor ou em maior grau. Este comportamento pode ser comum em alguns autistas, crianças opositoras e desafiadoras, casos de esquizofrenia, entre outras situações. Este tipo de comportamento gera desconforto entre as pessoas envolvidas e gera dúvida em como lidar com o episódio indesejado. Entre algumas soluções podemos considerar a conduta de dificultar o sucesso do comportamento agressivo. Nos primeiros sinais de que vai receber um tapa ou uma mordida, o profissional pode segurar ou se afastar. Se o estudante conseguir bater, morder, arranhar, o profissional deve evitar fazer contato visual com ele (principalmente pessoas autistas).

Existem métodos que hoje em dia já estão ultrapassados, é o caso das cadeiras de contenção que somente são utilizadas nos casos onde a criança não apresenta controle postural suficiente para permanecer na postura sentada.

Procedimentos restritivos no tratamento de pessoas com crises comportamentais severas, tal como o uso de diversas formas de contenção, devem ser evitados tanto quanto possível. A contenção física somente deve ser utilizada quando o comportamento do assistido ameaçar, causar danos a si próprio e/ou à terceiros. Nunca deve servir como meios de punição, ou como resposta a desobediência, nem como demonstração de poder.

Pontos Chaves são partes do corpo através das quais se pode controlar e modificar os padrões de postura e de movimento em outras partes do corpo. Eles podem inibir, facilitar e estimular.

- Cabeça.
- Proximais: ombros e quadris.
- Mediais: cotovelos e joelhos.
- Distais: punhos e tornozelos.




O cérebro está sempre em busca de equilíbrio, enquanto processa o que o sujeito vê, ouve, cheira, degusta ou sente. Todas experiências sensoriais e emocionais impulsionam o crescimento de conexões, daí vem a necessidade pela busca da regulação.

- Auto regulação: são as estratégias que se desenvolvem centradas em si mesmo. Quando se está em um estado de ansiedade se usa estratégias de auto regulação, como colocar coisas na boca (chicletes, balas, comida, café, cigarro), mover as mãos ou pernas, levantar, andar, buscar se entreter de alguma forma que acalme o sistema nervoso. As pessoas com desenvolvimento social típico escolhem estratégias adequadas ao contexto social em que estão no momento, já as pessoas com déficits sociais simplesmente buscam a estratégia mais conhecida deles para essa auto regulação. Porém, as experiências sensoriais, mesmo de auto regulação, provocam sempre uma resposta emocional.
- Corregulação: depende da troca emocional com o outro. A capacidade de corregular a emoção acontece através da simples presença do outro, do toque, do olhar, do tom de voz. As crianças em geral, aprendem melhor através de brincadeiras positivas que incluam movimento, de uma maneira que essa interação mostre uma intenção clara no relacionamento, sem demandas excessivas e fora de contexto. A habilidade do cérebro em organizar essas informações relacionais é mais sofisticada se focada nessas características englobando o desenvolvimento emocional, do que com o uso de palavras explicativas.

A corregulação é uma ferramenta muito importante para se ter quando lida com estudantes desregulados, porém, é necessário que se consiga auto regular para regular o outro. É difícil colocar em prática, porém, é importante que o profissional de apoio escolar consiga esta habilidade para ajudar no processo da corregulação. A tendência, no entanto, é que o estudante consiga se regular sozinho com o passar do tempo.

As palavras "*stim*" e "*stimming*" são palavras usadas para descrever comportamentos altamente repetitivos, auto-estimulação ou calmante que as pessoas, especialmente com autismo, fazem quando dominadas por estresse, ansiedade, dor ou tédio. Alguns exemplos de *stimming* são: bater as mãos, movendo os dedos, ou agarrar suas mãos; cantarolando, grunhindo, balbuciando, cantando ou conversando mais e mais; bater palmas, batendo os pés, balançando a perna, ou saltar para cima e para baixo; balançando-se para frente e para trás enquanto sentado ou em pé; manipulação de objetos: alinhando-os, ou constantemente reorganizando-os; girando um objeto inanimado, ou uma parte do brinquedo móvel, como uma



roda; rasgar papel, papel higiênico, ou pedaços de grama em pedacinhos; enrolando o cabelo ou puxando-o; ficar girando em torno de seu corpo por longos períodos de tempo; tiques faciais ou franzindo seu rosto em expressões estranhas.

Também podem apresentar comportamentos inadequados como escoriar em feridas ou crostas até sangrar; roer os dedos/unhas; morder-se; bater sua cabeça contra a parede; parar e ficar olhando para as luzes por longos períodos de tempo; estrabismo e inclinar a cabeça de lado a lado e ficar no meio da sala, com as mãos sobre os ouvidos e gritar.

Nos casos onde a criança/adolescente apresentar comportamentos inadequados, faz-se necessário apresentar comportamentos adequados que substituam àqueles que são repetitivos até que consigam reproduzir.

É importante entender o fato de que para crescer e aprender, a criança precisa conhecer o seu meio e vivê-lo concretamente. Seja ela dentro dos padrões considerados normais ou com necessidades especiais, é pelo conhecimento do seu corpo, da exploração de objetos, das relações afetivas que ela terá subsídios cognitivos, motores e afetivos para suportar a sucessão de informações a que será exposta durante seu crescimento.

# CAPÍTULO 4

## RELACIONAMENTO INTERPESSOAL E ACADÊMICO.


**Eduardo Ferreira do Amaral Filho** – Professor, Psicólogo Educacional e Escolar, Psicanalista Clínico, Especialista em Psicanálise: Sujeito e Cultura, Mestre em Saúde Pública.

O profissional de apoio escolar é um profissional de relações. Independente se mediando um conteúdo para a aprendizagem de uma criança ou adolescente, ou cuidando de questões de locomoção, higiene ou alimentação, seu trabalho se dá na relação com este sujeito que precisa de apoio. O objetivo deste capítulo é abordar os efeitos desse trabalho que se dá nas relações, especialmente no que tange a uma aula que se torna acessível, uma avaliação construída em conjunto para favorecer o sujeito em situação de inclusão e a adaptação de conteúdos, materiais, regras, atividades, etc.

Kaufman e Tabak (2016) sinalizam que o panorama atual de inclusão vem apresentando uma lógica em que os estudantes com necessidades educativas especiais precisam entrar nas salas de aula e funcionar dentro das propostas feitas para um coletivo que apresenta certa “igualdade”. As autoras percebem que precisamos inverter essa lógica, pois o que a realidade nos mostra é que “uma única proposta para todos tem sido cada vez menos eficaz” (KAUFMAN e TABAK, 2016).

Assim sendo, é legítima a proposta inclusiva de pensar propostas individualizadas em planejamentos que visem crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, mesmo que dentro de um coletivo. Nesta lógica, os estudantes com necessidades educacionais especiais não precisam funcionar dentro das propostas feitas para o coletivo, nem tampouco o coletivo precisa se moldar em função de algumas poucas crianças e adolescentes com tais necessidades. Dito de outra maneira, não se trata de diminuir o nível de exigência para com o coletivo pensando naqueles que não conseguem acompanhar a turma e que supostamente “deveriam” acompanhá-la, nem mesmo aplicar a toda turma uma proposta pensada para aqueles que possuem necessidades educativas especiais. É legítimo planejar de modo diferenciado e individualizado só para quem de fato precisa. Se existem crianças e adolescentes que necessitam de estratégias diferenciadas, só se faz necessário pensar como essas propostas podem se dar no






coletivo de uma sala de aula. E aí reside um desafio para os profissionais de apoio escolar desses estudantes.

Não podemos deixar de considerar que muito além dos estudantes com necessidades educacionais especiais, há tantos outros estudantes que não conseguem acompanhar o “nível” da turma. Logo, muitos podem ganhar com estratégias de inclusão que possam ser coletivizadas. Kaufman e Tabak (2016) sugerem que as chamadas “adaptações não significativas” podem ser feitas de modo a repercutir na turma como um todo, como o funcionamento da aula, o tempo dado a cada atividade, a priorização de alguns conteúdos, a mudança na ordem de apresentação, aulas mais práticas, etc.

É evidente que as adaptações não significativas não darão conta das necessidades educacionais especiais de uma criança ou adolescente que tenha um profissional de apoio escolar, exatamente por ter necessidades tais que precise de apoio. Neste caso, se aplicam as chamadas “adaptações significativas”, que focam no estudante individualmente, conforme as propostas individualizadas das quais temos tratado no início deste texto. Segundo Kaufman e Tabak (2016), essas adaptações significativas incluem a exclusão de alguns conteúdos, a introdução de outros, bem como a introdução de metodologias diferenciadas para o ensino do conteúdo previsto para turma, também as mudanças na avaliação (que incluem a forma de avaliar e o quê avaliar) e no tempo dado para o cumprimento dos objetivos traçados.

Uma importante ressalva feita pelas autoras é que “muitas vezes, para colocar em prática as alterações curriculares, precisamos criar também materiais adaptados e materiais de apoio” (KAUFMAN e TABAK, 2016, p. 37). Sinalizam tais autoras que os materiais construídos serão apostas que surgem a partir da relação do profissional com o estudante que recebe o apoio, surgem a partir dos gostos deste estudante, seus desenhos preferidos, as músicas, as brincadeiras, a disciplina favorita, a possibilidade de interpretação, leitura, etc.

Mas o que seriam os materiais adaptados e os materiais de apoio? Os primeiros [adaptados] são adaptações do material que o professor regente usa com a turma (atividades, livros, avaliações, etc) com a finalidade de torná-lo acessível ao estudante, por isso recebem o nome de materiais adaptados; enquanto os segundos [de apoio] são criações para apoiar o processo ensino-aprendizagem do estudante em situação de inclusão, são novos materiais educativos que surgem da criatividade do profissional de apoio escolar e não têm um material utilizado pelo professor da classe como base.



É interessante notar que quando o profissional de apoio escolar produz materiais adaptados de forma eficaz, ele incentiva a tão discutida autonomia do estudante apoiado. Isto porque ao mexer no layout (na apresentação) da atividade, ao simplificar a linguagem dos enunciados, ao colocar imagens ou textos de apoio, ao mudar a forma de resposta colocando opções, ao diminuir a quantidade de questões, etc. (exemplos fornecidos por Kaufman e Tabak no referido texto), o profissional de apoio escolar possibilita que o estudante se relacione diretamente com as atividades (sejam avaliações, testes, apostilas, fichas, livros, exercícios, brincadeiras, etc.) sem precisar do profissional de apoio escolar como mediador naquele momento. Vale, no entanto, tocar em uma questão importantíssima, a fundamental parceria entre o profissional de apoio escolar e o professor regente da classe, pois essa relação dará subsídio para um bom trabalho, onde o profissional de apoio escolar terá acesso ao currículo, ao planejamento e às atividades (sejam quais forem) com antecedência suficiente para elaborar materiais de qualidade e manter o mesmo tema discutido pelo professor regente em aula, sempre que possível. Afinal, “material adaptado é material preparado de forma singular, para que o aluno em situação de inclusão possa ter acesso às atividades e ao conteúdo com respeito” (KAUFMAN e TABAK, 2016, p. 38).

No entanto, ao voltar ao tema da parceria entre o professor regente e o profissional de apoio escolar, é preciso lembrar que cada um possui seu lugar e que essa parceria deve gerar contribuições e não atropelamentos. No que diz respeito às avaliações, por exemplo, sugere-se que o profissional de apoio escolar contribua com o professor regular na construção das mesmas, uma vez que tendo uma relação mais próxima com o estudante apoiado, terá mais informações sobre as aquisições que poderão ser avaliadas e ainda as formas pelas quais poderão ser avaliadas tais aquisições. Nota-se que se trata de uma contribuição do profissional de apoio escolar e não de tomar para si uma tarefa do professor regente da classe. Não é raro ouvir de um profissional de apoio escolar o termo “meu aluno”, quando o chamado “aluno especial” deveria ser do professor regular, bem como os demais estudantes de sua classe. Logo, se o professor deve avaliar toda classe a cada bimestre, por exemplo, o mesmo deverá fazer com aqueles estudantes que possuírem necessidades educacionais especiais e que do mesmo modo compõem sua classe regular. O profissional de apoio escolar surge na classe regular para somar e não para dividir.

Afirmou-se no início deste texto que é legítima a proposta inclusiva de pensar propostas individualizadas em planejamentos que visem crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, mesmo que dentro de um coletivo. Depois de passear pelo tema das

adaptações, abordaremos algumas sugestões feitas por Mousinho e colaboradoras (2010), baseadas em diversas fontes e na prática clínica, para essas propostas individualizadas. As autoras separam as propostas em subitens, em seções subsequentes, com a função de organizar didaticamente, para a leitura, os objetivos e metas a serem atingidos, mas realçam que há uma interrelação plena entre todos e que são apenas sugestões que serão funcionais somente se aplicadas com coerência, conhecimento, bom senso e individualização. Dito isto, traremos essas propostas obedecendo à organização didática das autoras que se anteciparam a nós e para nós em uma boa revisão bibliográfica.

## **ESTIMULAÇÃO DA COMUNICAÇÃO**

- Desenvolvimento da comunicação espontânea e funcional;
- Aumento do contato visual, reconhecimento das expressões faciais e seus significados;
- Desenvolvimento da reciprocidade social, verificando se a comunicação foi efetiva, assim como repará-la e persistir no ato comunicativo;
- Estimulação da imaginação e do simbolismo;
- Atribuição de significado às estereotipias;
- Melhora da compreensão;
- Estimular sempre o apontar e o direcionamento do olhar da criança para aquilo ou para quem está falando;
- Estimular a imitação de movimentos, sons e atitudes;
- Estimular a "triangulação do olhar", que significa olhar para pessoa e para o objeto, alternadamente, fechando os vértices de um triângulo com o olhar;
- Traduzir ou complementar as informações auditivas com informações visuais através de fotos, objetos ou figuras;
- Utilizar fotos de pessoas, locais ou situações para ajudar a criança a compreender o que vai acontecer (antecipação);
- Utilizar informações verbais curtas, ou seja, partir as informações em frases pequenas e objetivas;
- Ajudar a criança a modificar seu discurso utilizando a primeira pessoa, quando esta não o faz;
- Ajudar a criança a organizar seu discurso com lógica e clareza;
- Ajudar a criança a utilizar os turnos de diálogo, respeitando a vez de cada um na comunicação verbal, fazendo-a perceber os marcadores para iniciar ou terminar uma conversa;


- Dirigir a atenção da criança para quem se fala ou para as atividades que estão sendo utilizadas na sala de aula;
- Ensinar a criança a perceber a linguagem corporal, apontando o comportamento corporal do outro como modelo ou o seu próprio;
- Ensinar a criança a perceber as emoções. Pode-se utilizar recursos visuais de expressão facial, ensinando a criança a detectar pistas que indiquem as emoções;
- Auxiliar a criança na compreensão de comentários do amigo, sem que aconteça um mal entendido;
- Explicar o sentido de metáforas e expressões idiomáticas;
- Fazer uso de assuntos que fazem parte do interesse restrito como parte motivacional e inicial da conversação;
- Favorecer a diminuição do uso de sons e emissões verbais não convencionais, como as estereotípias verbais, a ecolalia (imediate ou remota) e as perguntas incessantes, podendo atribuir significado aos mesmos;
- Responder a qualquer som que a criança faça;
- Usar gestos apropriados, tom de voz, linguagem corporal para acentuar as emoções;
- Usar agendas de visualização e esquemas de atividades com figuras ou palavras, rotina diária e sequência de figuras na área de trabalho para definir a sequência de atividades, auxiliando a linguagem bem como o comportamento;
- Manter a atenção da criança voltada para as ordens e informações dirigidas pela professora;
- Nos momentos livre de pátio e recreio, proporcionar melhor comunicação entre as crianças, direcionando para a interação e fazendo leituras de comportamentos para que a criança saiba como agir junto aos outros amigos.

## **COMPORTAMENTO E SOCIALIZAÇÃO**

- Proporcionar segurança e confiança nas relações adulto/criança. Um bom engajamento afetivo abre as portas para interação;
- Ensinar a criança a como participar das atividades sociais, a como se relacionar com outras crianças e o que se espera dela em cada situação;
- Minimizar a tendência ao isolamento social, facilitando sua interação;
- Ensinar a criança a como abordar o outro na tentativa de interação;
- Minimizar comportamentos inadequados e repetitivos;

- Desviar a atenção da criança em relação às manias, rituais e atividades repetitivas e estereotipadas;
- Intervir nas reações comportamentais drásticas diante de mudanças na rotina ou no ambiente escolar, contextualizando a situação;
- Ensinar a criança a olhar para o grupo e a observar o comportamento das outras, estimulando assim a imitação. O mediador pode direcionar o olhar da criança, apontando, virando delicadamente o rosto da criança ou falando baixinho ao seu ouvido;
- Observar o comportamento livre da criança e tentar antecipar as inadequações, prevenindo;
- Minimizar e intervir nas situações de desconforto sensorial, ensinando a criança a se acalmar, caso necessário, levando-a para outro ambiente;
- Usar histórias ou representações pictóricas (com desenhos esquemáticos) para explicar soluções e possibilidades de ações em situações sociais difíceis (cortar cabelo, dentista...) ou todas as vezes que a criança tiver reações exacerbadas de birra;
- Estimular a empatia, o vínculo e o prazer do convívio social;
- Encorajar a criança a solicitar ajuda da professora e dos colegas;
- Controlar o acesso a objetos ou materiais que dispersem ou façam parte do interesse restrito da criança e, conseqüentemente, o afaste do grupo ou das atividades;
- Aproveitar o interesse restrito para aproximá-lo das situações sociais, sendo uma fonte motivadora inicial do contato e interação;
- Organizar a seqüência de atividades da criança visualmente por meio de fotos, gravuras, ou por escrito, visando antecipar concretamente os fatos e, conseqüentemente, diminuindo a ansiedade dela;
- Utilizar relógio e calendário para que a criança aprenda a controlar seu tempo e entenda o que significa intervalo de tempo e seqüência dos dias da semana e mês;
- Em situações reais de interação, ensinar a criança a se colocar no lugar do outro, refletindo sobre os sentimentos e pensamentos das pessoas, exercitando assim a empatia;
- Após uma situação de conflito, rever a situação com a criança, refletindo sobre seu comportamento. Pode-se usar para isso, desenho esquemático em seqüência, como se fosse história em quadrinhos. Neste mesmo sentido, estimular a criança a pensar em situações alternativas de solução do conflito;
- Ensinar habilidades sociais, tais como: se apresentar, cumprimentar as pessoas, despedir-se, pedir algo ou comprar alguma coisa;

- Dar reforço positivo sempre que houver êxito nas ações da criança, ou seu comportamento apresentar-se adequado;
- Ignorar, sempre que possível, os comportamentos inadequados que a criança apresente. Se não for possível, corrigir ou redirecionar;
- Sempre dizer o que espera do comportamento da criança em cada situação problema;
- Auxiliar e promover a autonomia, iniciativa e compreensão da criança a respeito daquilo que ela está fazendo ou necessita fazer;
- Fornecer um ambiente seguro. Minimizar intrusões inesperadas de estranhos à sala de aula, ou inexplicáveis ruídos repentinos;
- Minimizar as transições. Um tempo de transição de uma atividade para outra pode ser experimentada por alguns como um período onde não há registro exato. Eles estão agitados porque não sabem o que fazer, ou como se comportar;
- Proporcionar uma rotina diária. A criança precisa entender cada rotina e predizer a ordem em que isso ocorre para se concentrar na tarefa. Isso tira a vontade de saber o que ele ou ela será "depois". Certifique-se de lado para cumprir as rotinas estabelecidas;
- Evitar surpresas, preparar a criança com antecedência para eventos especiais, mudanças de horários ou outras alterações na rotina;
- Tentar reduzir os temores e gradualmente expor crianças a novas atividades, a apresentar um novo professor, um novo local de trabalho. Informá-los com calma o que está à frente pode evitar medos obsessivos;
- Estudantes novos se beneficiarão enormemente com a presença de um mediador escolar a partir da entrada em classe. É sensato pensar que prevêm atendimento com antecedência, o que limita a ocorrência de birras nos estágios iniciais de adaptação da criança e, assim, reduz o risco de rejeição por parte de outras crianças, e frustração para o professor;
- Auxiliar o grupo no qual a criança esteja inserida a não valorizar, ou a ignorar movimentos estereotipados ou outros comportamentos inadequados que a criança realize;
- Atuar no momento de entrada e saída da escola, direcionando a criança ao grupo, favorecendo um comportamento contextualizado (estimular cumprimento, seguir os outros na fila...);
- Para crianças mais velhas, ensinar outros estudantes quais são as mudanças sociais, descrevendo os problemas sociais do seu companheiro como verdadeiras dificuldades. O fornecimento de informações, promovendo a empatia e a tolerância de outras crianças que podem impedir mal entendidos;



- Concentrar-se no conhecimento do estudante, a fim de criar situações cooperativas de ensino em que os pontos fortes da criança, como a leitura, o vocabulário, a memória possam ser observados por outros estudantes do grupo. Esta abordagem irá aumentar a autoestima da criança que está se esforçando para integrar e conduzir a uma maior aceitação entre os outros estudantes;

- Muitas dessas crianças querem amigos, mas não sabem como interagir. Devemos ensiná-los a responder aos estímulos sociais e fornecer um repertório de respostas para ser usado em diferentes situações sociais. Ensine a criança a dizer-lhes e como dizê-las;

- O julgamento social dessas crianças muitas vezes só melhora quando as suas regras são aprendidas. Não tenha medo de ser explícito: as crianças estão se esforçando para ir além das aparências, sua compreensão de situações sociais geralmente é imatura e muito prática;

- Ensinar a perspectiva e pensamentos dos outros usando jogos dos papéis encenados pelas pessoas e jogos de instrução; estimular a criança a parar e refletir sobre como a pessoa se sente antes dela falar;

- Alguns estudantes podem se beneficiar de um sistema de tutoria. O professor pode ligar a criança a outro estudante de sua classe de modo a incluir a criança nas atividades escolares. Há crianças que são especialmente sensíveis para exercer esse papel, o que chamamos de mediadores naturais.

## **JOGOS E BRINCADEIRAS**

- Aumento do uso de gestos associados com a emissão verbal;
- Uso de gestos convencionados socialmente (exemplo: balançar a cabeça negativamente);

- O interesse diversificado por brinquedos, ensinando a criança a como brincar de forma convencional e funcional;

- O uso da fala durante a brincadeira, dando sentido às ações e dizendo o que está acontecendo na brincadeira;

- Para uma abordagem inicial, imitar a forma de brincar da criança e aos poucos propor mudanças na sua brincadeira, ensinando-a a ser flexível;

- A possibilidade de compreender a finalização de jogos: ganhar e perder;


- A compreensão dos colegas, para que estes visualizem que às vezes é difícil para o amigo compreender que perdeu o jogo, mas que nem por isso a criança deixou de ser legal, e que não vai querer brincar outras vezes;

- A busca de ideias de interação e brincadeiras observando o comportamento das outras crianças, pois estas são mediadores natos e naturais;
- Brincadeiras sensoriais como pular, fazer cócegas, balanço;
- O uso de brinquedos com causa e efeito (esconda e deixe aparecer depois como mágica);

## **TAREFAS DE APOIO PEDAGÓGICO**

- Solicitar no início do ano o calendário escolar e planejamento semanal pedagógico da turma;
- Conhecer o projeto pedagógico e método de aprendizado da escola que a criança está inserida;
- Adaptar, sempre que necessário, e com a orientação da professora e da equipe terapêutica, o planejamento pedagógico para a criança;
- Antecipar as atividades a serem realizadas na sala de aula com esquema de fotos, figuras ou por escrito;
- Ensinar a criança a pedir ajuda ao professor quando não estiver entendendo determinada tarefa;
- Ser capaz de improvisar recursos para a criança conseguir executar as tarefas, ou oferecer a tarefa em partes para que seja possível o raciocínio autônomo da criança;
- Motivar o desempenho da criança sempre, estimulando-a a persistir e a manter a atenção na tarefa;
- Buscar temas do seu interesse que possam ser utilizados como recursos para atingir um determinado objetivo pedagógico;
- Desenvolver memória de informação factual e trivial através de jogos;
- Praticar a reflexão sobre estratégias alternativas e aprender a pedir ajuda - flexibilidade do pensamento;
- Leitura, soletração, cálculo - observar se e quando a criança está utilizando uma estratégia não convencional e auxiliá-la a compreender o processo realizado;
- Pensamento visual - encorajar visualização usando diagramas e analogias. A aprendizagem visual é frequentemente melhor;
- Modificar estruturas de perguntas de interpretação de textos;
- Buscar recursos extras em DVDs ou jogos para conteúdos que serão desenvolvidos;





- Escolher os conteúdos mais relevantes para serem trabalhados. Ações devem envolver os estudantes no mundo real; isso vai constituir oportunidades para a participação ativa, dirigir seus aprendizados, proporcionar desafio;

- Usar grupos flexíveis. Os grupos devem ser baseados nos objetivos, interesses, necessidades e habilidades. Agrupamento de estudantes com necessidades semelhantes e diferentes necessidades devem ter lugar, conforme o caso, para permitir aos estudantes a compartilhar e ensinar uns aos outros;

- Usar uma ampla variedade de materiais. Alguns estudantes podem apresentar dificuldade no uso de materiais "tradicionais" de ensino. Usar uma grande variedade de materiais oferece mais chances de ser bem sucedido;

- Misturar formatos das atividades propostas, favorecendo estudantes que aprendem de forma diferente;

- Flexibilizar avaliações. Os testes tradicionais podem ser problemáticos para muitos estudantes, e o mediador poderá refletir com o professor sobre a maneira mais adequada o estudante em questão.

Tendo visto a organização de Mousinho e colaboradoras (2010) sobre as práticas sugeridas, nota-se que a última seção, “tarefas de apoio pedagógico”, muito se associa ao que estamos discutindo sobre adaptações. Toda discussão anterior, somada ao que nos trazem de contribuição as autoras, colabora para uma reflexão sobre a prática do mediado escolar, em especial sobre suas contribuições ao trabalho do professor regente, somando em prol do estudante mediado. Torna-se muito mais efetivo o trabalho do mediador escolar quando este sistematiza seu saber-fazer através de práticas bem embasadas pela literatura já existente e pelos portfólios de cada estudante mediado. Portfólios estes criados pelos próprios mediadores com essa finalidade individualizada, quando pensam estratégias de acordo com a singularidade de cada estudante mediado.

# CAPÍTULO 5

## INVENTÁRIO DE HABILIDADES ESCOLARES.

**Arthur Barbosa Coutinho** – Fonoaudiólogo, Pós-graduando em Fonoaudiologia do Autismo e ABA aplicada em Autismo e Deficiência Intelectual.

Há algumas décadas atrás, eram poucas as escolas que atendiam estudantes com necessidades educacionais especiais. Com o passar do tempo e dos acontecimentos sociais e políticos, a legislação foi se modernizando, a fim de atender as novas demandas sociais.

Atualmente, em uma sala de aula, é comum encontrar alguma criança portadora de deficiência, e que talvez, haja uma necessidade de apoio educacional especial. Para tanto, cabe aos profissionais dispor de conhecimento e informação para auxiliá-la da melhor forma cabível, garantindo seu desenvolvimento social, físico e cognitivo.

Nesta nova perspectiva, chamada de Educação Inclusiva, prevê que todos os estudantes, independentemente de suas condições biológicas, sociais e /ou econômicas, possuem como direito uma escolarização gratuita e de qualidade.


Uma das ferramentas que pode ser utilizada para auxiliar na educação inclusiva é o Inventário de Habilidades Escolares (Anexo I), que facilita diferenciar estratégias, individualizar o ensino e usar recursos diversificados e linguagens diferentes, adaptar tanto o tempo quanto os espaços, revendo também os critérios de avaliação.

O inventário de habilidades escolares, listam habilidades as quais são divididas em: comunicação oral, leitura e escrita, raciocínio lógico-matemático, habilidade cognitiva e habilidade motora. Neste inventário, são observados os comportamentos do estudante avaliado, e registrados em ficha, assinalando as opções que melhor correspondem ao desempenho realizado pelo aluno.

Exemplificando;

Escovar os dentes:

- a) realiza sem suporte;
- b) realiza com apoio;
- c) não realiza;



d) não observado.

O preenchimento do inventário deve ocorrer por meio de observação do estudante concomitante a informações coletadas dos responsáveis durante os encontros, sendo assim, o registro das informações não deve acontecer em apenas um encontro, é necessário observar o estudante no decorrer de atividades e interações durante vários encontros, o tempo de coleta de informações pode variar de acordo com o estudante.

Realizar o inventário de habilidades escolares é de suma importância para compreender pontos fundamentais no desenvolvimento da criança ou jovem, sendo assim, fica definido a necessidade de aplicar o Inventário de Habilidades Escolares no período de 06 em 06 meses com os alunos acompanhados pelos profissionais de apoio escolar.

Após o preenchimento do inventário de habilidades escolares, é possível observar em qual habilidade o estudante apresentou maiores dificuldades e em qual ele demonstrou domínio, contribuindo assim para a elaboração e implementação de um ensino individualizado.

## ANEXO I

### INVENTÁRIO DE HABILIDADES ESCOLARES

<b>Nome:</b>	
<b>Idade:</b>	<b>Data Início do relatório:</b>
<b>Escola:</b>	
<b>Tempo na Escola:</b>	
<b>Ano Escolar:</b>	

HABILIDADES		REALIZA SEM SUPORTE	REALIZA COM APOIO	NÃO REALIZA	NÃO FOI OBSERVADO
A. COMUNICAÇÃO ORAL					
1.	Relata acontecimentos simples de modo compreensível.				
2.	Lembra-se de dar recados após, aproximadamente, dez minutos.				
3.	Comunica-se com outras pessoas usando um tipo de linguagem (gestos, comunicação				
4.	Utiliza a linguagem oral para se comunicar.				
5.	Imitação Vocal				
6.	Nomeação				
B. LEITURA E ESCRITA					
7.	Conhece as letras do alfabeto.				
8.	Reconhece a diferença entre letras e números.				
9.	Domina sílabas simples.				
10.	Ouve histórias com atenção.				
11.	Consegue compreender e <u>recontar</u> histórias.				
12.	Participa de jogos, atendendo as regras.				
13.	Sabe soletrar.				
14.	Consegue escrever palavras simples.				

15.	É capaz de assinar seu nome.				
16.	Escreve pequenos textos e/ou bilhetes				
17.	Escreve sob ditado.				
18.	Lê com compreensão, pequenos textos.				
19.	Lê e segue instruções impressas.				
<b>C. RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO</b>					
20.	Relaciona quantidade ao número.				
21.	Soluciona problemas simples.				
22.	Reconhece os valores dos preços de produtos.				
23.	Identifica o valor do dinheiro				
24.	Diferencia notas e moedas.				
25.	Sabe agrupar o dinheiro para formar valores.				
26.	Possui conceitos como cor, tamanho, formas geométricas, posição direita e esquerda, antecessor e sucessor.				
27.	Identifica dias da semana.				
28.	Reconhece horas.				
29.	Reconhece horas em relógio digital.				
30.	Associa horários aos acontecimentos.				
31.	Reconhece as medidas de tempo (ano, hora, minuto, dia, semana...).				
32.	Compreende conceitos matemáticos, como dobro e metade.				
33.	Resolve operações matemáticas (adição e subtração) com apoio de material concreto.				
34.	Resolve operações matemáticas (adição e subtração) sem apoio de material concreto.				
35.	Demonstra curiosidade. Pergunta sobre o funcionamento das coisas.				

36.	Gosta de jogos envolvendo lógica, como quebra-cabeças, blocos e entre outros.				
37.	Organiza figuras em ordem lógica.				
<b>D. COGNITIVO</b>					
38.	Cooperação.				
39.	Interação social.				
40.	Capacidade de imitação.				
41.	Realiza pedidos.				
42.	Segue instruções.				
43.	Se vestir.				
44.	Auto cuidado.				
45.	Banheiro.				
46.	Capacidade de expressar emoções.				
<b>E. MOTORA</b>					
47.	Domina o movimento de segurar o lápis, pincel, tesoura.				
48.	Amassa papel.				
49.	Rasga papel.				
50.	Realiza dobraduras simples.				
51.	Reconhece diferentes texturas.				
52.	Empilha objetos.				
53.	Une pontos.				
54.	Pega objetos com o polegar e o indicador (movimento de pinça)				

## F. OBSERVAÇÕES

Desenvolvimento cognitivo:

Relacionamento social:

Dificuldades encontradas:

Tempo de escolaridade na escola atual e antes dela:

Aprendizagens consolidadas (currículo escolar):

PLETSCH.2010

ADAPTADO PELA EQUIPE SEISS - 2021

PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

São Francisco de Itabapoana, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.



## CONCLUSÃO

Tendo conhecimento do que se trata um profissional de apoio escolar e da importância do seu papel na vida escolar de um estudante, espera-se que se faça bom proveito dos conhecimentos adquiridos para fazer diferença na vida dessas pessoas que estarão sob cuidados para avançar nas suas habilidades cognitivas, motoras, emocionais e sociais. Que sejam exploradas as práticas psicomotoras, as atividades individualizadas de acordo com as suas potencialidades, bem como o registro das evoluções para que sirvam de parâmetros para as subsequentes metas a serem estabelecidas.

Que se possa contribuir de forma significativa para o crescimento de cada estudante que ao profissional de apoio escolar for confiado o trabalho de mediação. Enfim, que aqui se forme um profissional comprometido com a **Inclusão Social!**



## REFERÊNCIAS

### Capítulo 1:

TENÓRIO, Luma Loreta Alves; SANTOS, Edivânia Ferreira dos; BRITO, Ada Mônica Santos; SOUZA, José Clécio Silva de. **O PAPEL DO PROFISSIONAL DE APOIO NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**. 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/20/o-papel-do-profissional-de-apoio-no-processo-de-inclusao-escolar-de-alunos-com-deficiencia-fisica>. Acesso em: 30 de abril de 2021.

OABRJ, Ministério Público do Rio de Janeiro. **CARTILHA: DIREITO E EDUCAÇÃO, ORIENTAÇÕES SOB A PERSPECTIVA INCLUSIVA**. 2016. Disponível em: [https://oabRJ.org.br/arquivos/files/Cartilha\\_Direito\\_a\\_Educacao\\_-\\_Orientacoes\\_sob\\_a\\_Perspectiva\\_Inclusiva.pdf](https://oabRJ.org.br/arquivos/files/Cartilha_Direito_a_Educacao_-_Orientacoes_sob_a_Perspectiva_Inclusiva.pdf). Acesso em: 04 de maio de 2021.

MRECH, Profª Drª Leny Magalhães. **O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA?**. Disponível em: [http://www.inclusao.com.br/projeto\\_textos\\_23.htm](http://www.inclusao.com.br/projeto_textos_23.htm). Acesso em: 04 de maio de 2021

Educação inclusiva: v.3: **A ESCOLA** / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 26 p.

Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008). – Brasília: MEC, SETEC, 2008. Anual

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **NOTA TÉCNICA Nº 19, DE 8 DE SETEMBRO DE 2010. Assunto: Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados em escolas comuns da rede pública de ensino**. Brasília: MEC/Seesp/GAB, 2010. Disponível em: <https://inclusaoja.com.br/tag/nota-tecnica/>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 06 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica Nº 24/ 2013/ MEC/ SECADI/ DPEE. Brasília, 2013.

MARTINS, Silvia. **O PROFISSIONAL DE APOIO NA REDE REGULAR DE ENSINO: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO COM ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**. 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95218>. Acesso em: 06 de maio de 2021.

### Capítulo 2:

Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. Disponível em <<http://medicalizacao.org.br/>>. Acesso em 30 de Abril de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica Nº 04/ 2014 / MEC / SECADI / DPEE. Brasília, 2014.

MOUSINHO, Renata et al . Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. Rev. psicopedag., São Paulo, v. 27, n. 82, p. 92-108, 2010.

### Capítulo 3:

ARAUJO, Andreza S. Gottgroy de; SILVA, Eduardo Rodrigues da. **As contribuições da Psicomotricidade na Educação Infantil.** 2013. Disponível em < <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/13/29/as-contribuiccedilatildees-da-psicomotricidade-na-educaccedilatildeo-infantil> >. Acesso em: 17 de Junho de 2021.

CAMPOS, Aline Mara Araújo Dias. **A importância da Psicomotricidade para a Educação Infantil.** 2020. Disponível em < <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/a-importancia-da-psicomotricidade-para-educacao-infantil/48643#>> Acesso em: 25 de Abril de 2021.

RAMOS, Camila Siara; FERNANDES, Marcela de Melo. **A importância de desenvolver a psicomotricidade na infância.** Buenos Aires: EFDeportes.com, Revista Digital. Ano 15. Nº153, 2011. Disponível em < <https://www.efdeportes.com/efd153/a-importancia-a-p0>

[sicomotricidade-na-infancia.htm](https://www.efdeportes.com/efd153/a-importancia-a-p0)> Acesso em: 25 de Abril de 2021.

GOMES, Cynthia da Silva Avelino; SOUZA, Ferlucia Sabino de. **CORPO E MOVIMENTO: A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL..** In: Anais Educação e Formação Continuada na Contemporaneidade. Anais...Natal(RN) Evento on-line - Amplamente Cursos, 2019. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/Amplamentecursos/236004-CORPO-E-MOVIMENTO--A-IMPORTANCIA-DA-PSICOMOTRICIDADE-NA-EDUCACAO-INFANTIL>>. Acesso em: 16 de Junho de 2021.

SANTIEIRO, Kátia. **Proteção no controle de crises comportamentais em pessoas com autismo.** In: Psychiatry on line Brasil. Vol.22, 2017. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/ano04/art1204b.php> Acesso em: 25 de Maio de 2021.

POSSATO, Beatris Cristina et al. **O mediador de conflitos escolares: experiências na América do Sul.** In: Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo. Vol. 20; Nº2. Pp 357-366. 2016. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/pee/a/wJqSDSGHmTwysPjpBprezLm/?lang=pt&format=pdf> > Acesso em: 25 de Maio de 2021.

SANTOS, Isabel Margarida S.C. dos; SOUZA, Pedro Miguel L. De. **Como intervir na perturbação autista.** In: Psicologia.pt a. 2004. Disponível em:< [https://www.psicologia.pt/artigos/ver\\_artigo.php?codigo=a0262](https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=a0262)> Acesso em: 16 de Junho de 2021.

SCHENK, Marie Dorión. **Capacidade de co-regulação emocional e autismo.** 2013. Disponível em: < <http://umavozparaoautismo.blogspot.com/2013/04/capacidade-de-co-regulacao-emocional-e.html>> Acesso em: 25 de Maio de 2021.

#### Capítulo 4:

KAUFMAN, N. e TABAK, S. Inclusão e mediação escolar: norteadores para uma prática ética. Revista Educação Online, Rio de Janeiro, n. 22, mai-ago 2016, p. 27-42.

MOUSINHO, Renata et al . Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. Rev. psicopedag., São Paulo, v. 27, n. 82, p. 92-108, 2010.

#### Capítulo 5:

NASCIMENTO, Hérica Aguiar do. **O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO E O CURRÍCULO FUNCIONAL NATURAL COMO ESTRATÉGIAS PARA FAVORECER O APRENDIZADO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.** 2011. Disponível em: . Acesso em: 28 abr. 2021.

SIQUEIRA, Carla Fernanda; REDIG, Annie Gomes ; ESTEF, Suzanli . **PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: UMA ESTRATÉGIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.** 2015. Disponível em: . Acesso em: 29 abr. 2021.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira . **Análises de Possíveis Impactos do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.** 2012. Disponível em: . Acesso em: 29 abr. 2021.

SILVA, Carla de Carvalho Macedo . **INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: A IMPORTÂNCIA DO PLANO PEDAGÓGICO INDIVIDUALIZADO E DE ESTRATÉGIAS DE ENSINO CRIADAS COLETIVAMENTE PELOS PROFESSORES.** Niterói, 2017. Disponível em: . Acesso em: 29 abr. 2021.



## **Agradecimentos**

À Deus...

Pela sensibilidade de perceber a necessidade do outro através do nosso ofício,

Pelo cuidado de intervir na vida do outro respeitando sua individualidade,

Pela permissão para modificar a condição do outro de acordo com a sua necessidade,

Pelo dom nos concedido com o olhar de amor para o outro.

Enfim,

A Ele toda Honra e toda a Glória para todo o sempre!



# SOBRE OS AUTORES

Os autores desta obra enquanto parte de uma Equipe Multidisciplinar que, junto com outros profissionais, compunham o Setor de Educação Inclusiva trabalhando nos seguintes pontos:

- ✓ Fazendo os devidos encaminhamentos para buscar a resolução de problemas a partir da demanda identificada pelas Unidades de Ensino – UE (creches e escolas);
- ✓ Orientando os familiares nos cuidados com os estudantes que possuam necessidades educacionais especiais;
- ✓ Garantindo direitos e combatendo à imposição de barreiras que configurem discriminação;
- ✓ Fazendo busca ativa dos estudantes infrequentes a partir da comunicação (obrigatória) das UE através da FICAI (Ficha de Comunicação de Alunos Infrequentes);
- ✓ Fazendo atendimento pedagógico presencial nas unidades escolares, intervindo também com orientações educacionais em casos de indisciplina;
- ✓ Realizando a avaliação biopsicossocial dos estudantes para identificação de limitações e necessidades especiais;
- ✓ Garantindo o direito às adaptações razoáveis de acordo com as deficiências ou altas habilidades/superdotação dos estudantes no contexto do ensino regular e orientando os profissionais de ensino para que tais adaptações sejam realizadas;
- ✓ Avaliando a necessidade de terminalidade específica do ensino fundamental;
- ✓ Avaliando e atestando a real necessidade do profissional de apoio escolar (mediador/cuidador) para acompanhar o estudante (de forma exclusiva ou compartilhada) com necessidades educacionais especiais incluído nas classes comuns de ensino regular;
- ✓ Orientando, intervindo e garantindo a formação continuada de: profissionais de apoio escolar (mediadores/cuidadores), professores que atuem na Educação Especial e professores que atuem em classes regulares com estudantes que requeiram atendimento educacional especializado.

www.editorapublicar.com.br  
contato@editorapublicar.com.br  
@epublicar  
facebook.com.br/epublicar

# APRENDENDO A AUXILIAR O ESTUDANTE COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

CONCEITOS BÁSICOS PARA DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES

Arthur Barbosa Coutinho  
Eduardo Ferreira do Amaral Filho  
Elma Lucy Silveira Santana Gomes  
Lucas Vilaça Ribeiro



**2021**

[www.editorapublicar.com.br](http://www.editorapublicar.com.br)  
[contato@editorapublicar.com.br](mailto:contato@editorapublicar.com.br)  
[@epublicar](https://www.facebook.com/epublicar)  
[facebook.com.br/epublicar](https://www.facebook.com/epublicar)

# APRENDENDO A AUXILIAR O ESTUDANTE COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

**CONCEITOS BÁSICOS PARA DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES**

Arthur Barbosa Coutinho  
Eduardo Ferreira do Amaral Filho  
Elma Lucy Silveira Santana Gomes  
Lucas Vilaça Ribeiro



**2021**

